



coleção PARLAMENTO

DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME III: N-Z



Como vemos, se "o lado idealista" (na interpretação de Pascoais) ou saudosismo da Renascença Portuguesa não foi neutralizado com a nova frente da Renascença aberta por Jaime Cortesão, assim como não foi posta de parte a importância dos estudos históricos nacionais como estratégia relevante no processo de regeneração nacional, a verdade é que, desde 1912, com *A Vida Portuguesa* e as actividades das universidades populares da Renascença Portuguesa (especialmente a do Porto), o saudosismo passou a ser apenas um aspeto da sua atuação regeneradora e nada mais. Estamos, pois, já a partir dos fins de 1912, não diante daquela Renascença bipolar, protagonizada por Pascoais e Raul Proença, mas por uma Renascença polifacetada, associada numa ampla plataforma ou "irmandade espiritual" - onde a educação parece ter um papel nuclear (sobretudo enquanto método de pensar, ainda que não só, privilegiando, como temas de reflexão e combate, uma ostensiva aversão a qualquer dogmatismo, especialmente, o científico e religioso) - transpartidária no plano dos princípios (mas não indiferente nem contra o partidarismo político-partidário) e indiferente às confissões religiosas dos seus membros, adotando, contudo, na consecução dos seus fins - a regeneração moral da sociedade portuguesa - estratégias divergentes (em alguns casos, divergentes até e apenas no plano das precedências estratégicas), ainda que complementares; uns, a Arte, o Saudosismo, o Historismo; outros, uma pedagogia do *self-government* (na qual é de incluir a divulgação cultural e científica) e uma política económica liberal e de melhoramentos materiais (agricultura e indústria e problemas com ela relacionados, como a emigração). Em resumo: podemos dizer que as opções reformistas da Renascença Portuguesa têm como denominador comum a ênfase na *educação* (sobretudo como *método de pensar*), como o meio prioritário de reforma e regeneração das mentalidades e das consciências; esse novo *método de pensar* que se propõem defender e difundir tem, inclusive, *contornos escolares*, ou seja, institucionais, que encontramos em diversos textos de António Sérgio, Leonardo Coimbra, Cortesão, Albano de Sousa, Augusto Martins. A este método de pensar é comum um acendrado *antidogmatismo* que se traduz num *maior ou menor anticientificismo* e num maior ou menor *anticlericalismo* (mas não *antireligiosismo*). Mas com esse

novo método de pensar não se pretendia apenas uma *ginástica intelectual*, mas alcançar determinados *fins*: a regeneração moral da sociedade portuguesa. Uns consideraram como melhor estratégia para alcançar este fim a retroalimentação do nosso presente decadente quer com as energias latentes da nossa memória coletiva, considerada do ponto de vista poético-metafísico (o *saudosismo*) e do ponto de vista histórico e heroico (o *historismo*) quer do ponto de vista da recuperação da liberdade criadora da pessoa humana (*criacionismo*), alienada no cientismo e em determinismos (coisismos) dos mais diversos matizes; outros, foram da opinião de que essa regeneração se deveria levar a cabo, prioritariamente, através de uma aprendizagem de pensar e de agir, que poderia ter lugar numa espécie de "escolas trabalhistas", organizadas em Município Escolar, com o fim de formar cidadãos e trabalhadores, avessos e livres não só do passado saudosista, historista e parasitário, mas, simultaneamente, prosélitos de uma política económica liberal e industrialista. Os primeiros privilegiaram a *arte, a literatura e a história* e como estratégia de acessos a esses fins; os segundos privilegiaram a *ciência, as técnicas, as reformas económicas, a divulgação científica e a chamada "escola trabalhista"*.

Norberto Ferreira da Cunha em Maria Fernanda Rollo (coordenação), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 588-589.